

## APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E AS LUTAS POR TERRA NO RURAL BRASILEIRO

Manuela Souza Siqueira Cordeiro<sup>1</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-5096-4014>

Roberta Brandão Novaes<sup>2</sup>

 <https://orcid.org/0000-0003-2851-2641>

Sérgio Botton Barcellos<sup>3</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-6935-4398>

Ao longo da história e mesmo hoje, um conjunto de atores sociais no Brasil, além de reivindicar terra, se constitui por identidades vinculadas à diferentes sociabilidades políticas, socioambientais e modos de vida referidos a territórios com ecossistemas específicos, motivados muitas vezes pelo acesso à terra por meio de políticas públicas. Tais atores, no cenário atual, identificam-se como agricultores familiares, colonos, camponeses, assentados de reforma agrária, quilombolas, povos de terreiro, povos da floresta, entre outras categorias.

Os processos sociais vivenciados por essas populações consistem, em grande medida, na perda de seus territórios, na morte de suas gentes, na tentativa de apagamento de seus modos de vida em virtude do aumento constante da concentração da posse da terra, atuação das transnacionais e megaempreendimentos (mineração, hidroelétricas etc.), monoculturas do agronegócio (soja, eucalipto, cana-de-açúcar, bovino de corte etc.) e a crescente expansão da fronteira agrícola do sul ao norte do país. Destaca-se também a expansão mineral e os conflitos gerados pela atividade do hidronegócio. Diante desse contexto no país, desde a última década, registra-se um aumento exponencial de conflitos socioambientais.

Diante disso, um Dossiê sobre a temática ambiental em uma Revista Acadêmica de renome como a Raízes mostra-se pertinente em uma conjuntura de desastres ambientais e conflitos diversos. Para se ter uma dimensão da gravidade desses conflitos e da escala da violência envolvida e até guerras civis ocorrem tendo como pano de fundo a disputa por território e recursos naturais como combustíveis fósseis (no Oriente Médio e no leste europeu), recursos hídricos, minério e até flora e fauna por biopirataria.

---

<sup>1</sup> Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente do Instituto de Antropologia (INAN) da Universidade Federal de Roraima. E-mail: [cordeiro.manuela@gmail.com](mailto:cordeiro.manuela@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Território, Ambiente e Sociedade da Universidade Católica do Salvador. Professora do Centro Universitário Nobre. E-mail: [robertab.novaes@gmail.com](mailto:robertab.novaes@gmail.com).

<sup>3</sup> Doutor em Ciências Sociais do Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Docente do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: [sergiobarcellos.ufpb@gmail.com](mailto:sergiobarcellos.ufpb@gmail.com).

No Brasil, mais recentemente, sob a égide de um governo de extrema direita, entra em cena uma coalizão conservadora de poder de cunho ideológico e religioso fortemente pró-sistêmica no plano econômico, alinhada ao bloco de poder em recomposição e, por conseguinte, neoliberal. Essa coalizão se situa no campo do agronegócio, da mineração e do mercado de terras relacionado às formas de uso, partilha e vivência dos bens naturais em um território que tem causado grandes danos ambientais, ameaçando diferentes formas de existência e de vida.

As estratégias de resistência dos povos e comunidades tradicionais ao avanço desse modelo de desenvolvimento predatório são variadas e consistem em ações e representações junto ao Ministério Público Federal, manifestações e mobilizações para participação massiva e organização de audiências públicas, produção de documentários para disponibilização nas redes sociais digitais, organização de eventos para mostra da produção e cultura local, formação de empreendimentos de turismo local, formação e ampliação de associações, coletivos e frentes de luta.

Entendemos ser fundamental, neste sentido, pensar nas reconfigurações sociais mais visíveis que derivam desses empreendimentos no ambiente e na sociedade na interrelação com as formulações discursivas, nos processos de organização coletiva e as práticas adotadas pelas populações afetadas em seus projetos de vida. Compreende-se que formulações discursivas e práticas de vida podem ser pensadas como os impactos menos visíveis dos grandes empreendimentos (em uma percepção primeira), e incluem estratégias e movimentos distintos de produção da existência, como os processos de mobilidade que incluem a migração, atingidos por desastres, refugiados ambientais e demais categorias sociais. Sob essa perspectiva, nesse Dossiê, recebemos artigos produzidos a partir de pesquisas que utilizaram diversos instrumentos metodológicos, sejam qualitativos ou quantitativos, no âmbito das ciências sociais. Os trabalhos atravessam temas como a interação entre conflitos socioambientais e demandas por reforma agrária; políticas ambientais e seu atual desmantelamento, conflitos decorrentes da sobreposição de terras (indígenas, assentamentos, reservas ambientais etc.) ou mesmo de distintas ontologias presentes no mesmo recorte espacial (comunidades tradicionais e o agronegócio), estratégias de cuidado e saberes envolvidos na luta socioambiental, bem como o impacto da instabilidade fundiária para as comunidades tradicionais em face de grandes empreendimentos.

Os dois primeiros artigos do dossiê constroem uma mesma perspectiva de análise e refletem sobre a utilização da pauta da proteção ambiental – uma constante nos movimentos populares e nas organizações sociais do espectro político que atuam pelo enfrentamento à desigualdade social e injustiça ambiental – por grupos com poder econômico e político.

O artigo que abre o dossiê – “Judicialização e ambientalização dos conflitos fundiários: a relativização conciliadora versus a função social da propriedade” é da autoria de Ana Carolina Sousa Castro. Ela discute a luta por terra e a ambientalização desse conflito a partir do campo do Direito.

Por meio da análise de processos judiciais da vara agrária de Alagoas, de trabalho de campo em acampamentos de movimentos sociais e do acompanhamento de audiências de conciliação e julgamento, a autora argumenta como o discurso da proteção ambiental tem sido acionado como estratégia jurídica para inviabilização da reforma agrária, sendo, portanto, um discurso em disputa entre movimentos sociais populares e grandes proprietários de terra.

Patrícia da Silva e Sérgio Sauer contribuem com o texto “Desmantelamento e desregulação de políticas ambientais e apropriação da terra e de bens naturais no Cerrado”. O artigo apresenta uma análise crítica sobre instrumentos de compensação ambiental, em especial a compensação de Reserva Legal e o uso do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Os autores demonstram que a flexibilização de normas ambientais, o enfraquecimento das políticas e dos mecanismos institucionais de fiscalização ambiental e as mudanças legislativas recentes, sustentados em parte por um argumento “pró-sustentabilidade ambiental” têm ampliado a grilagem de terras e apropriação como mercado da natureza do Cerrado.

O artigo “Desenhos e Conflitos ontológicos na produção de paisagens multiespécie: quilombos, retomadas, invasões e a indústria de celulose” de Gustavo Rovetta Pereira traz uma análise da forma como os conflitos os desenhos ontológicos produziram a paisagem multiespécie concernente ao Grande Sapê do Norte, onde vivem dezenas de comunidades quilombolas, pelo menos desde o século XIX, no extremo-norte do Espírito Santo. Desde a década de 1960 ocorre a colonização dessas terras pelos monocultivos de eucalipto da indústria de celulose. No artigo considera-se que o grande Sapê do Norte é quase como um mosaico, onde são desenhadas ontologias vinculadas aos quilombolas, a indústria de celulose, ativistas, retomadas, ocupações e invasões que proporciona uma análise que demonstra a complexidade de processos que envolvem a constituição da realidade ambiental nos territórios na contemporaneidade.

Joel Orlando Bevilaqua Marin e Juliana de Almeida Costa trazem em seu artigo “Mulheres rurais em lutas pela terra: saberes e cuidados com ervas medicinais” a busca pela compreensão de como as mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Rio Grande do Sul constroem processos de autonomia e participação política a partir dos saberes e práticas em torno das plantas medicinais e outras formas de cuidado. Estas são ressignificadas ao longo de suas trajetórias de vida e da mobilização de seus saberes e de suas lutas em defesa do meio ambiente o que influenciou inclusive na tomada de decisão do Movimento pela produção de alimentos saudáveis e ações de solidariedade durante a pandemia por Covid-19. Os autores demonstram que as mulheres do MST desenvolveram, ao longo de suas vidas e a partir de seus saberes, uma concepção de cuidado que engloba o cuidado com a vida no planeta porque o compreende como central para a vida humana. Essa concepção diferenciada de cuidado foi construída dialeticamente dentro de suas trajetórias

sociais e políticas, permitindo que relações de gênero fossem questionadas, sendo atualmente construído o que denominam como “Feminismo Camponês Popular”.

Em “Domínio, Agregação, Posse e Conflito: a luta pela terra e as transformações de um campesinato do baixo acará, em Acará/PA” Edenilze Conceição Silva de Jesus e Maurício Gonsalves Torres analisam as transformações no uso da terra de uma comunidade tradicional camponesa chamada Centro Alegre, localizada na região do Baixo Acará, em Acará/PA, que no início dos anos 2000 teve o seu território atravessado por uma rodovia estadual, a PA-483, conhecida como “Alça Viária”. Os (as) autores (as) compreendem que esta situação descortinou uma série de questões não evidenciadas antes, a exemplo da instabilidade fundiária das terras onde havia sido construída a comunidade, ou seja, um campesinato de uso comum, porém, em terras que eram privadas e que com o advento da rodovia eles (as) foram se transformando em um campesinato parcelar, o que acarretou mudanças nas formas de uso da terra. A partir de Centro Alegre, os autores (as) buscam ampliar a sua análise para compreender a realidade de outras comunidades tradicionais interceptadas por rodovias ou outros projetos infra estruturais.

Manuela Souza Siqueira Cordeiro, Roberta Brandão Novaes e Sérgio Botton Barcellos, organizadoras e organizador deste Dossiê, também contribuem com o artigo “A questão ambiental e o governo Bolsonaro: entre conflitos ambientais e ideias conspiratórias” que traz em seu objetivo discutir as mudanças legislativas e o desmonte das instituições ambientais durante o atual governo federal brasileiro. No artigo é realçado como desde o ano de 2018 essas mudanças são parte de um processo de intensificação de danos ambientais e de promoção de violência contra povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e uma diversidade de populações do campo e da floresta. Neste cenário, um dos elementos apontados pelas autoras e pelo autor é que a orientação política relativa à questão ambiental no governo Bolsonaro é pautada pelo favorecimento da apropriação e espoliação dos elementos naturais e dos territórios brasileiros pelo capital.

Esperamos assim, por meio das leituras e repercussões, que os artigos que compõem esse Dossiê possam ser mais uma ferramenta para suscitar debates no campo da sociologia, da antropologia e dos estudos de ruralidades, trazendo discussões sobre enfoques e abordagens relativas à questão ambiental a partir da lente dos conflitos socioambientais no Brasil.